



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 02.734/15

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato da Presidente do **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cabedelo, Sra. Léa Santana Praxedes**, concedendo Pensão por morte do servidor, Maria da Penha dos Santos, Auxiliar de Serviços, Matrícula 804, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, tendo como beneficiários **Severino Gomes dos Santos e Maria Ramos dos Santos**. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Severino Gomes dos Santos e Maria Ramos dos Santos**

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 02.734/15

Objeto: Pensão

Beneficiário: **Severino Gomes dos Santos e Maria Ramos dos Santos**

Servidor (a): Maria da Penha dos Santos

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cabedelo**

Gestor(a) Responsável: Sra. Lea Santana Praxedes

Procurador/: Não há.

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC 2.558/2018

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC 02.734/15**, referente à concessão de Pensão por morte da servidora Maria da Penha dos Santos, Auxiliar de Serviços, Matrícula 804, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, tendo como beneficiários **Severino Gomes dos Santos e Maria Ramos dos Santos**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento o Representante do Ministério Público.
TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 29 de novembro de 2018.

Assinado 30 de Novembro de 2018 às 11:31



Cons. Fernando Rodrigues Catão

PRESIDENTE

Assinado 30 de Novembro de 2018 às 11:16



Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho

RELATOR

Assinado 30 de Novembro de 2018 às 12:09



Elvira Samara Pereira de Oliveira

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO